

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A associação ambientalista Zero denunciou que durante vários anos, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) foram encaminhados pelas respetivas entidades gestoras para a empresa Write Up, em Canas de Senhorim.

As empresas gestoras, licenciadas pelo Estado para garantir a recolha e o tratamento adequado destes resíduos falharam na verificação dos processos da Write Up, nomeadamente se os resíduos eram efetivamente tratados e descontaminados.

Na semana passada acabou a remoção de 1.600 toneladas de resíduos perigosos, da antiga Companhia Nacional de Fornos Elétricos em Canas de Senhorim. A maioria (1.300 toneladas) eram de vidros internos de televisões antigas que contém chumbo e cerca de 250 toneladas eram vidros de lâmpadas fluorescentes que contém mercúrio.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), considera a Zero, falhou na sua missão dado que se limitou a aceitar os dados fornecidos pelas entidades gestoras. Durante um largo período de tempo, estas empresas contabilizaram para as suas metas de recolha e reciclagem os resíduos que foram processados de forma ilegal por esta empresa de Canas de Senhorim.

Em causa estão os resíduos que a ERP Portugal e Electrão (antiga AMB3E) enviaram milhares de toneladas de resíduos para a Write UP sem qualquer verificação se esses resíduos eram realmente tratados e descontaminados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Quanto custou a operação de remoção destes resíduos perigosos de canas de Senhorim?
De onde proveio essa verba?
2. Quanto foi pago pelas entidades gestoras de resíduos à Write Up para que esta procedesse

ao tratamento dos resíduos (operação que não efetuou)?

3. Que medidas vai o Ministério tomar para garantir que casos destes não se voltam a verificar? Que mecanismos serão implementados na APA e noutras entidades públicas competentes de forma a garantir a correta validação, fiscalização e monitorização dos dados comunicados pelas entidades gestoras de resíduos?
4. Que medidas vai o Ministério tomar para garantir o adequado desenvolvimento consequente a estas entidades gestoras de resíduos que ao enviarem os resíduos para a Write Up não cumpriram a adequado tratamento ed resíduos perigosos a que estavam obrigadas, nomeadamente a nível de penalizações e da sua licença?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2019

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)